|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Pedidos de Esclarecimentos do Edital no 90008/2024 | | |
| Nr. | Conteúdo do documento | Comentário |
| 1 | 6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto conforme normas desse Termo de Referência.  6.7.1. O preposto mencionado refere-se aos representantes do Apoio Técnico Operacional (ATO). | Sobre o item 6.7 e 6.7.1., a execução do contrato ocorrer simultaneamente em diversos locais diferentes, hora na sede da Contratante, ora nas instalações (Centro de Serviços) da Contratada, ora em fornecedores (fabricantes de peças e empresas reparadoras nacionais e internacionais), etc.  Não é factível ter um preposto no local de serviço de cada um dos módulos que ocorrem simultaneamente. Desta forma a empresa solicita esclarecimento se o preposto, localizado nas instalações da Contratada, satisfaz o item 6.7. do Termo de Referência. |
| 2 | 9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;  e  9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado. | De um lado, a disposição do item 9.1.1 é demasiado vaga e genérica ao atribuir à discricionariedade do Pregoeiro solicitar qualquer documento durante o certame, cujo desatendimento caracterizaria infração da licitante. Por isso, urge que seja previamente especificada toda a documentação exigível no Edital (e anexos) que é o documento que rege o processo, garantindo a segurança e clareza necessárias à licitação.  De outro lado, as penalidades de multa em valor de até 15% do contrato, previstas no 9.4.1., e o impedimento de licitar se revelam irrazoáveis e devem ser ponderadas à luz da proporcionalidade, em consonância com o art. 20 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.  Por essa razão, solicitamos que seja ratificado que, ao empregar a frase: “...qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a...”, refira-se aos documentos previstos no edital e, portanto, que o pregoeiro/a não extrapolará seu pedido para detalhamentos superiores àqueles já delineados no conteúdo do edital. |
| 3 | 7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços. | É importante salientar que uma parcela do faturamento do contrato será feita por hora de voo; portanto, a impossibilidade de voo das aeronaves (por eventual atraso na liberação da manutenção programada ou por falhas que gerem a necessidade de manutenção não-programada, por exemplo), representa imediata redução de receita para a contratada.  Na aviação civil, o pagamento por hora de voo por si só já é considerado mecanismo suficiente para estabelecer a proporcionalidade de receita por resultado e, por consequência, incentivar a excelência na prestação do serviço, dispensando penalidades adicionais.  Contudo, no presente caso, o Edital prevê um IMR (Índice de Medição de Resultado), ou seja, também representa redução de receita de acordo com a performance para a contratada. Desse modo aplicação de IMR sobre um contrato de pagamento por hora de voo causa o efeito de penalidade financeira dupla para a contratada.  Adicionalmente, é previsto na minuta contratual a aplicação de multas por atrasos no cumprimento do contrato.  Como é sabido, contratos administrativos são regidos pelos princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e da eficiência. Do texto contratual, depreende-se que podem vir a ocorrer situações de indisponibilidade sazonal de uma aeronave tendo por desdobramento a aplicação de múltiplas penalidades para a contratada, para as quais sequer é previsto limite.  Dito isso, é forçoso concluir que as penalidades devem ser revisitadas, que seja para definir uma hierarquia entre o IMR (glosas) e as multas, incluindo criação de parâmetros máximos de multas no contrato (*cap*), evitando assim a aplicação concomitante de penalidades decorrente de um único fato gerador (glosa e multa, por exemplo).  O pedido de esclarecimento é para que seja apresentado pelo pregoeiro quais são os critérios para aplicação concomitante entre glosas e penalidades para o mesmo fato gerador. |
|  |  |  |

Esclarecimentos:

1. O preposto o qual o item 6.7 se refere diz respeito ao Apoio técnico Operacional conforme 6.7.1*. “O preposto mencionado refere-se aos representantes do Apoio Técnico Operacional (ATO).”*  Para satisfazer o item 1 (manutenção programadas), as quais, na maioria das vezes será executada no centro de serviço (CS) da contratada, poderá utilizar técnicos do próprio centro, e o remanejamento de tais profissionais, no caso do ATO para o CS fica a cargo da contratada. Não há o que se falar em preposto da contratada nos fornecedores de peças e materiais, já que esse item diz respeito ao fornecimento de peças e materiais aeronáuticos, cujo processo de fornecimento está interligado ao setor de compras da empresa.
2. O texto dos subitens 9.1.1. e 9.4.1. são os usuais utilizados nos modelos de Edital da AGU, conforme <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-pregao-e-concorrencia/modelo_edital_pregao_-srp_lei_14-133_v-maio23.docx>.
3. Embora o preposto da empresa afirme que: “*Na aviação civil, o pagamento por hora de voo por si só já é considerado mecanismo suficiente para estabelecer a proporcionalidade de receita por resultado e, por consequência, incentivar a excelência na prestação do serviço, dispensando penalidades adicionais. Contudo, no presente caso, o Edital prevê um IMR (Índice de Medição de Resultado), ou seja, também representa redução de receita de acordo com a performance para a contratada. Desse modo aplicação de IMR sobre um contrato de pagamento por hora de voo causa o efeito de penalidade financeira dupla para a contratada”,*

Primeiramente o setor técnico esclarece que o pagamento por hora voada se compraz a um item dentre os 16 estabelecidos no objeto. O setor técnico esclarece que devido inúmeras tratativas com as empresas interessadas na participação do certame, a porcentagem de glosa sobre o valor anual dos subitens foi reduzida. A glosa é procedimento previsto na IN 05/2017, que estabelece mecanismo em bases compreensíveis, tangíveis dos níveis esperados de qualidade e entrega na prestação do serviço, sempre que a contratada não produzir os resultados, não executar com a qualidade mínima exigida. O item 7.3.14.4 (Tabela de IMR para Administração de Reparo e garantia de Componentes) atrelado à hora de voo, estabelece, por exemplo, glosa de 2% sobre o valor anual, caso a contratada não inicie processo de compra em até 15 dias após a ocorrência de BER. Nesse exemplo, a contratada tem tempo suficiente para iniciar o processo de compra, 2% de glosa está proporcional a desídia em não iniciar um simples procedimento. O IMR (a glosa) será aplicado para casos objetivos de não execução do objeto. Se o resultado não foi alcançado a glosa será aplicada. Destaca-se que a glosa não possui natureza sancionatória, tratando-se de medida que visa o ressarcimento de determinado descumprimento contratual preestabelecido entre as partes. Não obstante a aplicação da glosa, a Contratada pode buscar o devido processo legal (contraditório e ampla defesa).

O item 12.1 da minuta do contrato estabelece que comete infração administrativa... a) der causa à inexecução parcial do contrato. É vedada a incidência cumulativa de multa moratória e contratual quando derivadas do mesmo fato gerador, qual seja, o inadimplemento contratual, sob pena de configurar dupla penalidade. Nesse contexto, caso a contratada seja contumaz em, por exemplo, um IMR estabelecido em TR, haverá a aplicação de penalidade contratual possibilitando o contraditório e a ampla defesa. Não se fala aqui em aplicar o IMR concomitante a penalidade.